

Medidas de pobreza e de empobrecimento*

P. Salama**

J. Valier**

A pobreza no Terceiro Mundo é objeto, há cinco ou seis anos, de numerosas publicações. A relação entre as políticas de ajuste e o empobrecimento de muitas camadas da população desses países é discutida. Ontem, era algo iconoclasta analisar as relações entre o serviço da dívida externa desses países e o desenvolvimento da miséria. Alguns o fizeram¹, mas foram poucos, a maioria preferindo debruçar-se sobre os "pesadelos dos banqueiros" diante da forte probabilidade de que os países do Terceiro Mundo não pudessem honrar suas dívidas. A evolução das desigualdades no conjunto dos países do Terceiro Mundo e o aumento da pobreza extrema na maior parte deles hoje em dia são tais, após um decênio de planos de ajuste, que é muito difícil escapar a essa interrogação sobre as relações entre essas políticas e o aumento do empobrecimento.

A pobreza tornou-se, portanto, um assunto atual há alguns anos. O paradoxo é que, no momento em que se fala cada vez mais dela, ela tende a diminuir no Terceiro Mundo. Por certo, essa diminuição não diz respeito ao conjunto desses países. A maior parte deles conheceu mesmo um sensível agravamento de sua pobreza, e a redução da pobreza no Terceiro Mundo,

* Este texto é, em parte, uma retomada atualizada do Capítulo 1 do livro dos autores intitulado **Pauvretés et Inégalités des revenus dans le Tiers Monde (Pobreza e Desigualdades de Renda no Terceiro Mundo)**, editado nas edições La Découverte, em 1994.

** Professor e Pesquisador da Greitd-Cedi Paris XIII e da Greitd Paris X.

¹ Entre os quais nós mesmos, em um artigo intitulado **Endettement et disette urbaine (Endividamento e Miséria Urbana)**; ver P. Salama (1983).

tomado como um todo, é atribuível sobretudo à China, um país densamente povoado. O que caracteriza fundamentalmente a evolução da pobreza não é o aumento relativo de seu número, mas, sim, a evolução das desigualdades entre os pobres. Nos lugares onde seu contingente aumenta, as desigualdades entre os pobres também aumentam. Não apenas os pobres se tornam cada vez mais pobres, mas os mais pobres empobrecem mais depressa do que os outros pobres.²

O objetivo deste artigo é mostrar a evolução específica da pobreza e do empobrecimento na maior parte dos países do Terceiro Mundo. Seu objetivo não é, portanto, principalmente analítico, mas, sim, descritivo. Os indicadores que utilizaremos têm limites precisos, mas permitem medir a evolução. Eles definem a pobreza de uma forma que poderia ser qualificada como objetiva. São considerados como pobres, por exemplo, aqueles que não conseguem satisfazer as necessidades fundamentais. Tal definição objetiva está distanciada do sentimento, que se possa ter, de haver se tornado pobre. Este é de natureza subjetiva. O empobrecimento pode levar a essa impressão, mesmo quando não se seja considerado pobre segundo os critérios objetivos. Inversamente, um pobre, no sentido estatístico do termo, pode ter a impressão de não mais sê-lo, devido a uma melhoria na sua renda, mesmo que o nível de sua renda o classifique entre os pobres. Os dois enfoques não podem ser confundidos. Cada um deles tem sua utilidade. Mas, tomados isoladamente, cada um deles logo revela limites consideráveis. A pobreza não é redutível a uma classificação estatística, uma taxionomia. O sentimento de ter ficado pobre, ou mais pobre, modifica os comportamentos. A poupança, então, é frequentemente menos importante, exceto quando o empobrecido considera que o futuro poderá ser pior do que o presente, já tão difícil; o patrimônio é parcialmente liquidado,³ quando existe.

² O que não significa, necessariamente, que as desigualdades entre os pobres cresçam mais depressa do que aquelas entre os não-pobres. R. De la Torre mostrou que, no México, estes últimos aumentaram muito mais rapidamente na população não pobre do que na população pobre entre 1984 e 1989, devido ao considerável aumento das rendas ligadas ao capital.

³ Nesse sentido, ver o Capítulo 2 da tese de M. Haubert O.

O enfoque subjetivo da pobreza é, portanto, complementar ao enfoque objetivo. Por isso, o objeto deste artigo limita-se ao estudo da pobreza e do empobrecimento mensuráveis.

1 - As evoluções medidas da pobreza

A pobreza é diferente do empobrecimento: o primeiro termo designa as condições sociais de reprodução dos indivíduos, o segundo, as condições de vida desses indivíduos. Embora, algumas vezes, eles possam ser percebidos com a mesma intensidade pelas pessoas envolvidas, é conveniente distingui-los para que se possa avaliá-los.

Apresentaremos aqui os estudos desenvolvidos a partir de medidas ditas indiretas da pobreza, segundo a terminologia de Sen, e trataremos, na seção seguinte, daquelas entendidas em termos de "necessidades básicas insatisfeitas", consideradas diretas.

1.1 - Linha de pobreza, linha de indigência

No enfoque estatístico clássico, definir a pobreza consiste em determinar os limites de renda: falaremos de pobreza para as rendas inferiores à **linha de pobreza** (LP) e de pobreza extrema para as abaixo da **linha de indigência**. A determinação da linha de pobreza, embora difícil (necessita de pesquisas bastante intensas), obedece a princípios simples. Não se trata, antes de mais nada, de determinar qual é a cesta de bens necessários à estrita reprodução do indivíduo (ou da família). Calcula-se, então, o número de calorias necessárias à sobrevivência, o qual se converte em uma série de bens alimentícios ligados aos costumes alimentares do conjunto da população.⁴ Uma

⁴ Tal população não fica limitada aos pobres, para evitar que sejam levados em conta somente os bens que eles podem adquirir, devido à sua baixa renda. Se tivéssemos limitado a população pesquisada unicamente aos pobres, teríamos definido a pobreza, e os pobres, em relação aos pobres. Notemos que algumas pesquisas (as feitas pela COPLAMAR no México, por exemplo) procuram determinar a cesta de consumo referenciando-se nas preferências de famílias que se situam no sétimo decil de renda (LEVY, 1994).

vez definidos esses bens, convertemo-los em dinheiro. O preço utilizado é diferente do nível geral de preços ou de qualquer outro índice de preços, na medida em que ele reflete a composição da cesta. A soma de dinheiro necessária para comprar esses bens define a linha de indigência. Uma vez obtida essa linha, aplicamos um multiplicador conhecido como de Engel, para levar em consideração as despesas necessárias para vestuário, transporte, moradia, e obtemos a linha de pobreza, reservando a expressão de linha de indigência para a renda necessária à reprodução exclusivamente "calórica" do indivíduo. Amplia-se à vontade essa linha de pobreza (e a linha de indigência) à família, aplicando coeficientes de redução para os membros da família acima e sobretudo abaixo (10 ou 12 anos, segundo as pesquisas) de determinada idade.

Quando procuramos comparar os níveis de pobreza segundo os países, é conveniente homogeneizar os dados em vários pontos. O número de calorias necessário deve ser o mesmo, o coeficiente de Engel permitindo construir a linha de pobreza deve ser idêntico. Além disso, é evidente que uma divisa-chave não tem o mesmo poder de compra em todos os países, e, conseqüentemente, a taxa de câmbio oficial não pode ser utilizada para converter a renda monetária delimitando a linha de pobreza, para estabelecer uma comparação internacional.⁵ É preciso, portanto, utilizar uma taxa de câmbio, chamada de paridade do poder de compra, o que complica ainda mais os cálculos.

O indicador de pobreza mais simples é a relação entre o número de pobres (ou de lares pobres) e o número de habitantes (ou o número de lares), ou seja $H = q/n$. Esse indicador é limitado, segundo o modo como é construído.⁶ Alguns podem ser ultrapassados, outros não (Tabela 1). Entretanto, quando se leva isso em consideração, ele tem uma grande utilidade.

⁵ Basta um exemplo: 10.000 ienes permitem comprar 14kg de arroz no Japão, mas 198kg na China. A mesma quantia permite adquirir 80ℓ de gasolina no Japão e 379ℓ na China. A separação é importante, mas variável de acordo com os produtos. Assim, com essa quantia é possível comprar 0,006 televisores no Japão e 0,07 televisores na China, segundo *Le Courrier International* n° 206 (1994).

⁶ Para uma síntese completa das discussões sobre o conjunto dos indicadores, ver Costa Romão (1993).

Tabela 1

População e pobreza nos países subdesenvolvidos — 1985

DISCRIMINAÇÃO	PERCENTUAL DE POPULAÇÃO	POBRES DE UMA REGIÃO EM RELAÇÃO AO CONJUNTO DAS REGIÕES (%)	H = PERCENTUAL DA POPULAÇÃO SOB A LINHA DE POBREZA	POPULAÇÃO POBRE (milhões)
Conjunto.....	100	100	30,5	1 116
Sul da Ásia.....	29,7	50,7	51,8	520
Índia.....				420
Leste da Ásia	40,2	17,3	13,2	280
China.....				(1) 180
				210
				(1) 100
África Sub-Saariana	11,1	17,5	47,6	180
América Latina	11,2	8,3	22,4	70
Norte da África e Oriente Médio.....	5,5	5,7	30,6	60
Leste da Europa.....	2,2	0,5	7,1	6

FONTE: BAMBERGER, M., AZIZ (1993). *The design and management of sustainable projects to alleviate poverty in south Asia*. Washington: Banco Mundial. (A.EDI seminar séries). p.20.

NOTA: Banco Mundial, (Rapp. Develop. Monde, 1990, p.33). As estimativas são feitas baseadas nos dados de 1985. O patamar da pobreza é avaliado em US\$ 370 PPA por habitante e por ano. No caso da China do leste e da Ásia, o índice de pobreza, que permite calcular o número de pobres, eleva-se a 20%. É superior àquele dado por M. Bamberger e Aziz (1993) e por F. Johansen (1993), o qual, de acordo com este último, se eleva a 10% em 1980. Os expurgos explicam-se pela alta taxa de crescimento da região e pelos métodos diferentes de estimativa da pobreza.

(1) Estimativa do Banco Mundial (BAMBERGER, AZIZ, 1993) e corresponde, portanto, a um índice de pobreza de 13,2%.

Observa-se que a pobreza é muito significativa nos países do sul da Ásia, bem como na África Sub-Saariana, é expressiva no norte da África, menos intensa na América Latina e relativamente pequena no leste da Ásia.

A comparação das colunas é instrutiva. O sul da Ásia (inclusive a Índia) contém cerca de 30% da população aqui considerada (países em via de desenvolvimento, incluindo o leste da Europa), além disso, mais da metade de seus pobres têm um indicador de pobreza muito elevado. O leste da Ásia (inclusive a China) conta com 40,2% da população, mas apenas 17,3% de pobres que têm um indicador de pobreza relativamente baixo. A América Latina é relativamente pouco populosa (11,2%), seus pobres são proporcionalmente menos numerosos, já que eles são apenas 8,3% do conjunto dos pobres, seu indicador de pobreza é, no entanto, relativamente elevado (22,4%).⁷ Dessas comparações, pode-se deduzir facilmente que a importância do indicador depende tanto da renda média *per capita* como das desigualdades de renda. O indicador reflete esses dois fatores, na América Latina mais o segundo do que o primeiro, no sul da Ásia provavelmente mais o primeiro do que o segundo.

A pobreza é maior nos países onde a renda média *per capita* é baixa, como se pode observar nos países do sul da Ásia, onde a população é preponderantemente rural (Tabela 2).

Ao contrário, os países da Ásia nos quais a renda *per capita* é mais elevada, onde a distribuição da renda é menos desigual do que na América Latina ou na África (Tabela 3) e nos quais a taxa de crescimento do PIB é elevada tiveram uma redução considerável de sua pobreza absoluta, como podemos ver na Tabela 3.

O indicador de pobreza é de grande importância, mas é excessivamente simples já que nada indica sobre a distribuição da renda. Para que esta possa ser medida, é preciso construir novos indicadores.

⁷ A pobreza é, em geral, muito mais elevada na América Central do que na América do Sul: de 1980 a 1990, o índice de pobreza passou de 60% para 70% para o conjunto dos países da América Central; e o índice de pobreza absoluta passou de 39% para 48%. Entre esses países, o que tem os mais baixos índices e cuja evolução vai de encontro à dos outros países é a Costa Rica: 25% e 20% para o índice de pobreza e 14% e 11% para a pobreza extrema. Para maiores detalhes, ver M. A. Castillo (1993). Convém, entretanto, lembrar que esses dados não são normalizados (ou, ainda, homogeneizados) e que eles provavelmente superestimam a pobreza e a indigência. Estas são mais elevadas do que no resto da América Latina, com exceção de alguns países, como a Bolívia ou o Peru, mas não atingem os níveis indicados.

Tabela 2

Pobreza rural no sul da Ásia — 1988

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO RURAL POBRE	
	Habitantes (milhões)	Percentual da População Total	Habitantes (milhões)	Percentual da População Total
Índia (1)	598,6	73	305,3	(2) 51
Bangladesh	95,7	87	82,3	(2) 86
Sul da Ásia	817,5	74,5	441,5	54

FONTE: RAPPORT MONDIAL SUR LE DEVELOPPEMENT HUMAIN (1990). Paris: PNUD/Economica.

(1) Os dados relacionados à Índia são médias nacionais. As disparidades podem ser muito grandes entre as regiões. Existem, portanto, desvios de nível muito grandes nos indicadores que constituem o índice de desenvolvimento humano (IDH) de um Estado para outro da Federação indiana: a expectativa de vida no nascimento é aproximadamente 15% mais baixa que a média nacional no Uttar Pradesh, a taxa de alfabetização é 38% menor no Bihar, enquanto é 85% superior à média nacional no Kerala; o IDH é 70% mais elevado que a média nacional no Kerala, mas 38% mais baixo no Uttar Pradesh (Rapp. Mondial Develop. Humain, 1993, p.20). (2) Comparar com os dados da pobreza urbana: 56% na Índia e 38% em Bangladesh, segundo o Banco Mundial (BAMBERGER, AZIZ, 1993).

Tabela 3

Pobreza absoluta no leste da Ásia — 1970, 1980 e 1990

(% da população total)

DISCRIMINAÇÃO	1970	1980	1990	PERCENTUAL DO TOTAL
Leste da Ásia	35	23	10	100
China	33	28	10	55
Indonésia	60	29	15	15
Coréia	23	10	5	1
Malásia	18	9	2	...
Filipinas	27	17	16	5
Tailândia	26	17	16	5
Indochina	...	...	20	14

FONTE: JOHANSEN, F. (1993). *Poverty reduction in East Asia: the silent revolution*. Washington: World Bank. (Discussion papers, n.203).

Limites do indicador H

Quanto à sua construção

- O indicador **H** tende a superestimar a pobreza nos países menos avançados, na medida em que ele leva em consideração exclusivamente as rendas monetárias, salvo exceções. Ora, as rendas não monetárias, difíceis de avaliar quando existem, são particularmente grandes nos países menos avançados, sobretudo no campo (GOLDSCHMIDT-CLERMONT, 1992). De um modo geral, o indicador superestima a pobreza rural por esse motivo, e isso ocorre mais nas economias menos avançadas do que nas que são semi-industrializadas.

- A solidariedade, além daquela que vem da família (o lar), não é levada em consideração (SINDZINGE, 1994). A ajuda mútua é maior no campo do que na cidade, e a miséria, sobretudo a das crianças, pode, dessa forma, ser atenuada.

- Os indicadores **H** são construídos da mesma maneira no meio rural e no urbano (TREJOS, 1992; ALTIMIRA, 1994; LEVY, 1994), enquanto as necessidades são diferentes, tanto a nível de transporte — gigantismo das cidades —, como de saúde — poluição elevada, stress, etc. (MILES, 1992) —, o que tende a superestimar a pobreza rural.

Quanto ao seu significado

- O indicador **H** não satisfaz duas características importantes (LÉVY S, 1994): a diminuição do nível de vida de um pobre deveria aumentar o indicador **H**, o que não é necessariamente o caso; a transferência de renda de um pobre para outro, menos pobre que ele ou de uma pessoa qualquer que tenha renda superior à sua, deveria aumentar o indicador **H**, o que não é necessariamente o caso. Desses limites depreende-se a necessidade de construir outros indicadores que satisfaçam esses dois axiomas.

- O indicador **H** dá apenas uma medida indireta da pobreza. Esta é insuficiente: necessidades básicas podem ser parcialmente satisfeitas pelo Estado, quando a renda monetária das camadas menos favorecidas baixa (ver, para uma apresentação sintética, IZURIETA, VOS, 1994).

1.2 - As desigualdades das rendas

O indicador de desigualdade mais conhecido é o coeficiente de Gini. Ele relaciona a área de concentração de rendas (compreendida entre a diagonal do quadro e a linha de distribuição pessoal da renda) na metade da área do quadro (definido, por um lado, pela porcentagem acumulada da renda e, por outro, pela porcentagem acumulada da população). Quanto mais próximo de 1 estiver esse indicador, mais elevadas são as desigualdades de renda, e inversamente. Ele pode ser calculado considerando-se os indivíduos ou as famílias.

Na Argentina, esse indicador, calculado a partir da renda dos casais, passou de 0,4081 em 1980 para 0,4579 em 1989: as desigualdades acentuaram-se. Essa evolução é geral na América Latina, com exceção, entretanto, da Costa Rica, onde o coeficiente de Gini passou de 0,4754 em 1981 para 0,4604 em 1989, e da Colômbia (0,5850 em 1980 e 0,5317 em 1989). Assim, no Brasil, ele passou de 0,5944 em 1979, cifra já muito elevada, para 0,6331 em 1989; na Guatemala, foi de 0,5790 em 1987 e elevou-se para 0,5947 em 1989, etc.⁸ As desigualdades de renda são menores no leste⁹ (0,32) e no sul da Ásia (0,31) do que na África (0,44) e na América Latina (0,49).

Embora pleno de ensinamentos, esse indicador, no entanto, tem limites. O principal é consequência de seu aspecto global. Uma mesma área de concentração pode, dessa forma, ser obtida a partir de dois perfis e, portanto, de duas linhas de distribuição de rendas distintas. É conveniente, então, completar a informação obtida a partir desse índice com um novo indicador, chamado de indicador de equidade. Esse indicador de equidade estabelece uma relação da renda de 40% da população de renda mais baixa com a dos 10% da população de renda mais elevada. Dessa forma, na Argentina, esse indicador passou de 0,53 em 1977 para 0,48 em 1983 e para 0,28 em 1989, traduzindo, assim, o acentuado processo de concentração de renda que houve na Argentina, em detrimento dos mais pobres, durante esse período (BARBEITO, LO VUOLO, 1992, BECCARIA, 1990). O indicador de equidade algumas vezes

⁸ Para uma apresentação do conjunto de coeficientes de Gini na América Latina, ver o **Anexo 3 do Relatório nº 27** do Banco Mundial (PSACHAROPOULOS et al., 1993).

⁹ Segundo Frida Johansen (PSACHAROPOULOS et al., 1993), o coeficiente de Gini, por grupo de casais, seria de 0,34 em 1988, após ter sido de 0,39, em 1980, na Coreia; de 0,29 na China; de 0,32, em 1987, na Indonésia; e de 0,46, em 1985, na Indonésia.

coloca em relação os dois "quintis" mais extremos. Se bem que o valor desse indicador seja um pouco menos confiável (é delicado avaliar com rigor a parte dos 20% mais pobres nos países mais pobres, devido à importância tomada pelo autoconsumo, dificilmente mensurável), os resultados mostram o tamanho das desigualdades de renda em alguns países, já que para o Brasil o indicador é de 26,1 entre 1985 e 1989, enquanto é de 8,7 para Hong Kong e de 9,6 para Cingapura no mesmo período, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Rapp. Mondial Develop. Humain, 1993, p.192), o que confirma nossa análise.

De um modo mais geral, o estudo da curva de Lorentz mostra a importância das desigualdades, como podemos ver na Tabela 5.

Tabela 4

Distribuição pessoal da renda familiar, por decil, em alguns países selecionados — 1989

DE- CIS	ARGEN- TINA	BRA- SIL	CHILE	COLÔM- BIA	COSTA RICA	GUA- TE- MALA	MÉXI- CO	PERU (1990)	VENE- ZUELA
1	(-) 1,4	(-) 0,7	1,4	(+) 1,1	(+) 1,2	(-) 0,6	(-) 1,1	(-) 2,1	(-) 1,7
2	(-) 2,7	(-) 1,4	2,3	(+) 2,3	(+) 2,8	(-) 1,5	(-) 2,1	(-) 3,5	(-) 3,1
3	3,8	2,1	3	3,2	4	2,4	3	4,5	4,2
4	4,8	2,8	3,8	4,1	5,1	3,4	4	5,3	5,3
5	6	3,8	4,6	5,2	6,4	4,5	5,1	6,3	6,5
6	7,3	5,1	5,7	6,5	7,9	6	6,4	7,7	7,9
7	9,3	6,9	7	8,2	9,7	7,8	8,2	9,1	9,7
8	(-) 12	(-) 9,9	9,2	(+) 11	12,2	10,8	10,8	11,1	12,2
9	(-) 16,7	(-) 16,2	14	(+) 16,5	(-) 16,7	(+) 16,4	(-) 15,4	(+) 15,3	(-) 16,3
10	(+) 35,9	(+) 51,3	48,9	(-) 41,8	(+) 34,1	(+) 46,6	(+) 43,9	(+) 35,1	(+) 33,2

FONTE: PSACHAROPOULOS, G. et al. (1993). **Poverty and income distribution; the story of the 1980.** Washington: World Bank. anexo 3.

NOTA: Os sinais menos e mais são resultado da comparação em geral com os dados de 1980, não reproduzidos aqui e que são encontrados no Anexo 3 do documento citado, com exceção do México (1984), do Peru (1986), da Venezuela (1981) e da Guatemala (1987). Os dados comparativos não estão disponíveis para o Chile.

Tal como indicado nas Tabelas 4 e 5, o sinal menos corresponde a uma baixa da parte relativa na renda total dos 20% mais pobres e dos 30% mais ricos, e o sinal mais corresponde ao caso inverso. Podemos observar, como regra geral, uma queda da parte relativa na renda global dos 20% mais pobres, com exceção da Colômbia e da Costa Rica. Como o PIB *per capita* baixou nos países latino-americanos, algumas vezes de forma muito acentuada, entre 1981 e 1989 essa redução da renda relativa corresponde a uma queda acentuada da renda absoluta dessa categoria da população. Ao contrário, a parte do PIB correspondente aos 30% da população de renda mais elevada cresceu, com exceção, entretanto, da Venezuela, do México, da Argentina e do Brasil, onde esse aumento relativo afetou apenas os 10% mais ricos. As camadas médias foram fortemente atingidas (segundo e terceiro decis), já que o PIB *per capita* baixou muito na Venezuela, na Argentina, um pouco menos no México e, em média, permaneceu estável no Brasil, durante esse período. A essa baixa juntou-se a redução de sua parte relativa. A evolução diferenciada no seio das camadas médias, e entre elas e os 10% mais ricos, é resultado de uma distorção na distribuição da renda atribuível ao impulso das atividades especulativas (SALAMA, VALIER, 1994).¹⁰ É essa "financeirização" que explica tanto o empobrecimento dos mais pobres como o das camadas médias.

O índice de Theil¹¹, de uso menos freqüente do que o índice de Gini, tem a vantagem de poder ser decomposto. Pode-se, dessa forma, atribuir a este ou àquele fator (idade, escolaridade, categoria e setor de emprego) a responsabilidade pela pobreza e medi-la. Demonstra-se, assim, que a escolaridade, ou mais precisamente a insuficiência desta, é o fator que melhor explicaria as desigualdades (uma política pública privilegiando a educação no orçamento poderia, portanto, permitir a diminuição das desigualdades e, dessa forma, da pobreza). Conhecendo essas diferentes contribuições, pode-se agir

¹⁰ No momento, dispomos de alguns estudos muito precisos. Para o México, o de De la Torre (1994) leva em consideração o conjunto das rendas, monetárias e não monetárias, sendo que, para estas últimas, há uma estimativa de autoconsumo, de pagamentos em espécie, de doações e, sobretudo, de renda obtida de aluguéis. A contribuição das rendas monetárias no aumento das desigualdades entre 1984 e 1989 passou de 84% em 1984 para 77,9% em 1989. Nesse conjunto, as rendas de capital aumentaram de 23,9% para 28,6%, enquanto as do trabalho caíram de 45,2% para 36,8%. Nas rendas não monetárias, a parte dos pagamentos *in natura* aumentou consideravelmente (de 0,2% para 4,1%), assim como a das rendas obtidas de aluguéis (de 12% para 15%).

¹¹ Este índice é igual a $T = \sum y_i \ln(y_i / \bar{y})$, onde y_i é a parte do indivíduo "i" na renda total, e N é a dimensão da amostragem. Esta varia entre 0 e $\ln N$, e seu valor depende de N . É por isso que, em geral, ele é preferido ao índice padronizado $T^* = T / \ln N$.

invertendo o questionamento e calcular a probabilidade de que um indivíduo pertencente aos 20% situados mais abaixo na distribuição de renda, onde se encontram os pobres de acordo com a definição dada pela linha de pobreza, receba a influência de um fator que desempenhe um papel negativo, como, por exemplo, uma educação insuficiente. Assim, a probabilidade é de 69% na Argentina, quando a educação é nula; de 36%, quando ela se limita à educação primária; e de 6%, ao sair da Universidade. Evidentemente, a educação, o tipo de emprego, etc. não constituem explicações por si só, pois um nível de educação muito baixo é também resultante da pobreza, e a colinearidade é importante demais para dar pertinência estatística suficiente a essas variáveis no seu jogo de causalidade. É interessante, entretanto, relacionar a pobreza com uma série de parâmetros, apesar de fazê-la desempenhar o papel de variável causal.

Os índices obtidos, assim como suas evoluções, confirmam globalmente as observações que fizemos com o índice de Gini. Eles permitem, no entanto, ir um pouco mais longe. De fato, é possível calcular um indicador (Td) que meça as desigualdades entre os decis. Quando consideramos a renda dos trabalhadores e a decomposmos em decis, verificamos um possível acréscimo da desigualdade entre decis na maior parte dos países da América Latina, como podemos ver na Tabela 5.

Tabela 5

Desigualdades entre decis na América Latina — 1980 e 1990

DISCRIMI- NAÇÃO	ARGENTINA		BRASIL		COSTA RICA	
	1980	1989	1979	1989	1981	1989
T*	3,25	5,02	5,86	7,27	3,76	3,49
Td	0,245	0,355	0,575	0,692	0,326	0,274
N	3 440	5	134 017		8 219 965	8
Amostragem	358		109 497			

FONTE: PSACHAROPOULOS, G. et al. (1993). **Poverty and income distribution, the story of the 1980**. Washington: World Bank. anexo 4.

A responsabilidade de certos fatores na evolução da pobreza, como, por exemplo, a aceleração da inflação, o agravamento da crise, a reestruturação dos meios de produção, mas também as políticas sociais de redistribuição da renda em favor da saúde, etc., depende não somente da importância dada ao índice de pobreza, mas também do grau de desigualdade e, mais precisamente, das desigualdades no seu conjunto, daquela entre os ricos e, enfim, daquelas entre os próprios pobres.

1.3 - A "brecha de pobreza"

A pobreza é múltipla. Uma mesma cifra do índice de pobreza pode cobrir situações muito diferenciadas. A pobreza pode estar concentrada na vizinhança da linha de pobreza; ela pode estar, em média, relativamente afastada dessa linha, situando-se em torno da linha de indigência; ela pode estar em evidência entre essas duas linhas; ou ainda, finalmente, estar concentrada em torno da linha de indigência e muito presente também na vizinhança da linha da pobreza, apresentando, dessa forma, um perfil em forma de camelo. O índice mostra, então, a importância quantitativa da pobreza em relação ao conjunto da população, e não a sua diversidade. Esta é fundamental que seja conhecida. A medição dessa diversidade permite, de fato, avaliar a eficácia de políticas que visam atenuar o peso da pobreza¹² e carregar os "alvos". Será que se procura melhorar a sorte dos mais pobres entre os mais pobres, ou, então, daqueles que estão próximos da linha de pobreza, a fim de jogar a "política do índice", já que eles estão concentrados na vizinhança da linha de pobreza?

¹² A função de repartição cumulativa — ou seja, a porcentagem de indivíduos que recebem uma porcentagem de renda — indica o grau de concentração em torno da linha de pobreza graças à inclinação dessa função nesse ponto. Se supomos que essa função é estável — o que é questionável —, o crescimento (ou diminuição) da renda desloca a função paralelamente a ela mesma. Se a função não é estável, e este é o caso no momento em que a queda da renda média se traduz por uma concentração acentuada da renda (os mais pobres perdendo mais que os outros, os mais ricos podendo alcançar um crescimento absoluto de sua renda), a função deforma-se. O Banco Mundial calculou que uma alta de 10% da renda dos pobres em Bangladesh e na Índia reduz o índice de pobreza em torno de sete pontos, enquanto a mesma melhora em porcentagem diminui o índice de pobreza na América Latina em apenas três pontos (Rapp. Develop. Monde, 1990, p.53).

Uma melhora de sua situação, se for benigna, pode, de fato, fazê-los mudar de *status*: passando de pobres para modestos, mas não pobres; o índice baixa então, medindo, dessa forma, o falso sucesso de tal política, já que os mais pobres não vêm sua situação melhorar. É o conjunto dessas insuficiências que leva à construção de outros índices.

A "brecha de pobreza" indica o déficit, ou seja, a distância entre a renda do pobre e a linha de pobreza, acumulada com relação à linha de pobreza.¹³ A Tabela 7 indica o tamanho dessa brecha nas últimas colunas e confirma que as desigualdades são menores no leste da Ásia do que em outros lugares (se não levarmos em consideração os países do leste da Europa), que os pobres aí estão, em média, menos afastados da linha de pobreza do que na América Latina, no Oriente Médio e sobretudo na África Sub-Saariana, enfim, que, entre 1985 e 1990, a brecha cresceu nestas últimas regiões, enquanto no leste da Ásia ela diminuiu.

A brecha de pobreza chamada de normalizada é uma adaptação e uma ampliação desse indicador: ela consiste em calcular a distância entre a linha de pobreza (z) e a renda dos pobres (y_i) dividida pela linha de pobreza, adicionada do número de pobres (de 1 a q) e relacionada com a população total (n), ou seja: $H1 = 1/n [(z - z_i)/z]$. A brecha normalizada ($H1$) faz parte da mesma família que o indicador H , já que basta colocar na potência zero a parte entre parênteses de $H1$ para obter H . É por isso que seguidamente ele é indicado por $H0$.

¹³ O PNUD constrói outro indicador (I) próximo, que evita a soma, tomando a renda média (m) dos pobres, que se compara com a linha de pobreza (z). O déficit ($z - m$) é, então, multiplicado pelo número de pobres (q), sendo o total dividido pelo número de pobres multiplicado pela linha de pobreza, ou seja $q(z - m)/qz$. Como ele toma a renda média dos pobres, esse indicador não leva em consideração a dispersão entre os pobres e sua distância em relação à linha de pobreza. Apesar dessas limitações, ele é útil. A brecha, tal como é calculada dessa forma, evoluiu de 26% em 1970 para 39% em 1986 na Argentina; de 46% para 47,9% no Brasil; de 45% para 46,4% no México; de 55% para 46% no Peru, entre essas mesmas datas (Rapp. Mondial Develop. Humain, 1992). O PNUD constrói dois outros indicadores que pertencem à mesma família. O denominador muda. Em um deles, o numerador é dividido pelo produto da linha de pobreza no conjunto da população, como se o conjunto dessa população tivesse uma renda média igual à linha de pobreza. Pode-se demonstrar matematicamente que ela é equivalente ao produto do índice de pobreza H pelo indicador precedente I . Obtêm-se, para a Argentina e para as mesmas datas, 2,1 e 5,1; para o Brasil, 22,5 e 19,1; e, para o México, 13,3 e 11,8 (mesma fonte). No segundo, o numerador é dividido pelo produto da população com a renda média deste último; obtêm-se as seguintes cifras: para a Argentina, 1 e 1; para o Brasil, 7 e 6; e para o México, 4 e 4,2 (mesma fonte).

Tabela 6

Amplitude e profundidade da pobreza em um conjunto de países — 1985 e 1990

DISCRIMINAÇÃO	POBRES (milhões)		ÍNDICE DE POBREZA		BRECHA DE POBREZA	
	1985	1990	1985	1990	1985	1990
Conjunto	1 051	1 133	30,5	29,7	9,9	9,5
Leste da Ásia e Pacífico	182	169	13,2	11,3	3,3	2,8
Leste da Europa	5	5	7,1	7,1	2,4	1,9
América Latina e Caribe	87	108	22,4	25,2	8,7	10,3
Oriente Médio e Norte da Ásia ..	60	73	30,6	33,1	13,2	14,3
Sul da Ásia	532	562	51,8	49	16,2	13,7
África Sub-Saariana	184	216	47,6	47,8	18,1	19,1

FONTE: IMPLEMENTING the world bank's strategy to reduce poverty, progress and change (1993). Washington: World Bank. p 5.

NOTA: A linha de pobreza equivale a US\$ 31,23 mensais em cada região. Ela é calculada com paridade de poder de compra, a fim de que o montante em moeda local permita comprar uma cesta equivalente de bens constitutivos dessa linha de pobreza (preço em paridade de poder de compra à taxa de 1985).

Finalmente e sobretudo, um terceiro indicador, pertencente à mesma família que o precedente, é sensível à distribuição da pobreza entre os pobres, porquanto ele destina mais peso às rendas mais baixas entre as deste lado da linha de pobreza. Esse indicador, intitulado FGT, iniciais daqueles que o criaram (Foster, Greer e Thorbecke), é deduzido do precedente, elevando à potência dois a parte entre parênteses:

$$FGT = 1/n [(z - y_i)/z]^2$$

Esse indicador faz parte da mesma família dos HO e HI e, seguidamente, é designado por H2. Ele pode ser decomposto, como veremos na Tabela 7. A contribuição (C em %) do chefe de família à pobreza depende de sua atividade.

A pobreza é muito grande em Burkina Fasso, na Guiné e em Madagascar. Os pobres estão muito afastados da linha de pobreza em Burkina Fasso (H1), bem mais que nos Camarões ou na Costa do Marfim. As desigualdades entre os pobres são particularmente grandes em Burkina Fasso (H2) e no Mali. A pobreza é, então, muito diferente em cada um desses países, tanto em relação à sua amplitude relativa (HO) quanto à sua profundidade (H1) e à sua dispersão (H2). A análise pode ser aprimorada. O status do chefe de família contribui para a formação da pobreza. Em Burkina Fasso, um emprego na função pública permite não ser pobre para a grande

para a grande maioria daqueles que o obtêm. Aqueles que são pobres apesar de tudo são menos pobres do que os trabalhadores independentes (H1), e sua pobreza é menos dispersa (H2). Os trabalhadores independentes (essencialmente o setor informal) têm um indicador de pobreza particularmente alto (74,7%), contribuindo quase com a metade da pobreza total para o aprofundamento e a dispersão da pobreza. Os desempregados estão em uma situação ainda pior que a dos trabalhadores independentes. Eles não têm a "chance" de acesso ao setor informal e sonham em ter um emprego, algum dia, no setor público, que, como se pode observar, constitui, de alguma maneira, um entrave à pobreza, não só por causa da pequena (e irregular) remuneração que lhes é paga, mas também porque permite ter rendas anexas (pequena corrupção, segundo emprego).

Tabela 7

Pobreza e desigualdade na pobreza na África Sub-Saariana

INDICADORES	H	C EM %	H1 (brecha)	C EM %	H2 (FGT)	C EM %
Burkina Fasso	51,7	100	34,1	100	28,1	100
Assalariado do setor público	21,5	15,4	10,8	11,8	8,4	11,1
Assalariado do setor privado	36,1	8,7	17,3	6,3	12,6	5,6
Independente	74,5	47	50,3	48,1	40,4	46,9
Desempregado	81,3	8,7	66,1	10,8	60,0	11,9
Inativo	85,7	20,1	64,5	23,0	56,9	24,6
Camarões	25,8	100	15,0	100	11,9	100
Costa do Marfim	18,1	100	11,0	100	8,4	100
Guiné	49,5	100	21,6	100	12,9	100
Madagascar	34,3	100	14,8	100	9,2	100
Mali	49,5	100	24,4	100	15,9	100

FONTE: Pesquisas piloto de emprego junto a famílias: Burkina Fasso (Uagadogo, 1992), Camarões (laundé, 1990-91), Costa do Marfim (Abidjá, 1986-87), Guiné (Conacri, 1991-92), Madagascar (Antananarivo, 1989), Mali (Bamaco, 1991).

NOTA: A linha de pobreza corresponde a 2.400 calorias/dia, ou seja, ao consumo de 2.400/3.500 quilogramas de arroz multiplicado por 1,5, englobando, assim, os consumos não alimentares. A renda familiar é chamada ajustada, já que ela considera os membros da família de acordo com sua idade, ou seja, 0,5 por criança de menos de 15 anos e 1,0 para os adultos. Quando a linha de pobreza é calculada levando em consideração o conjunto de alimentos que entram na cesta de consumo, obtemos resultados próximos. Para uma apresentação da contribuição segundo o *status* do chefe de família para outros países além de Burkina Fasso, ver Lachau (1994, p.250. seg.).

Na falta de dados disponíveis, não é possível analisar a evolução cronológica desses indicadores para a África. Essa possibilidade existe para a América Latina. O Banco Mundial calculou o indicador H2 (FGT) para os diversos países latino-americanos no início e no final dos anos 80, referindo-se primeiro à linha de pobreza e, em seguida, à linha de indigência. A brecha é, em média, muito mais elevada na África Sub-Saariana do que na América Latina. As desigualdades entre os pobres e a magnitude de sua pobreza parecem, portanto, mais elevadas. É preciso, no entanto, relativizar esses resultados, pois as técnicas de elaboração dos indicadores diferem e, sobretudo, não foram homogeneizadas. A brecha é muito diferente dependendo de cada um dos países latino-americanos. Guatemala, Honduras, Bolívia e Brasil têm brechas consideráveis. A Guatemala também tem uma brecha muito grande em relação à linha de indigência, revelando, dessa forma, a amplitude da miséria e das desigualdades sociais próprias daquele país. É grande a distância dos pobres em relação à linha de pobreza, e a dispersão dos pobres é considerável. Não só os pobres são muito pobres, mas as desigualdades entre eles são consideráveis. Os resultados obtidos revelam também uma acentuação da amplitude da brecha — com exceção da Costa Rica e da Colômbia —, muito sensível na Argentina, no Peru e no Brasil. Neste último país, a brecha, calculada a partir da linha de indigência, está também profundamente acentuada. Os mais pobres entre os pobres tornaram-se ainda mais pobres, e sua renda está ainda mais afastada do nível da linha de indigência. Assim sendo, parece que não existe limite ao crescimento da pobreza..., contrariamente à idéia difundida, segundo a qual existiria um limite natural à degradação das condições de sobrevivência.

Graças ao indicador FGT, pode-se, enfim, mostrar que as desigualdades entre os pobres são mais extremas no meio rural do que no urbano,¹⁴ mas esses dados sofrem dos mesmos limites daqueles que destacamos para o indicador HO (ver boxe, p.81).

¹⁴ Qualquer que seja a avaliação das linhas de indigência e de pobreza, obtemos para o México em 1984: 3,7 (rurais) e 0,7 (urbanos) segundo Lévy (1994) e 4,1 e 1,9 segundo a Cepal para a linha de indigência; e 34,6 e 14,5 segundo Lévy (1994) e 15,3 e 4,2 segundo a Cepal para a linha de pobreza (LUSTIG, 1992).

Tabela 8

Brecha de pobreza (Índice FGT) em alguns países selecionados da América Latina — 1980 e 1989

DISCRIMINAÇÃO	FGT LINHA DE POBREZA		FGT LINHA DE INDIGÊNCIA	
	1980	1989	1980	1989
Argentina (Buenos Aires)	0,6	2,1	0,0	0,5
Bolívia (cidades)	22,8	24,4	7,6	9,3
Brasil	13,7	18,8	3,9	7,1
Chile	...	2,8	...	0,4
Colômbia (cidades)	6,2	3,3	3,1	1,3
Costa Rica	5,9	1,3	2,2	0,4
República Dominicana	...	8	...	1,3
Equador (cidades)	...	6,9	...	1,1
El Salvador (cidades)	...	16,9	...	5,6
Guatemala	34,6	37,1	16	19,3
Honduras (cidades)	22,3	24,2	8,3	8,3
Jamaica	...	3,2	...	0,2
México	4,9	(1) 8,6	0,6	(1) 2,5
Panamá	10,5	14,3	2,8	6,1
Paraguai (Assunção)	3,8	1,8	0,9	0,2
Peru (Lima)	8,6	13,3	0,7	2,6
Uruguai (cidades)	1,9	1,4	0,3	0,2
Venezuela	1,1	4,2	0,2	1,1

FONTE: PSACHAROPOULOS, G. et al. (1993). **Poverty and income distribution, the story of the. 1980**. Washington: World Bank. p.62.

NOTA: Os cálculos foram feitos em paridade de poder de compra, a fim de poder facilitar as comparações. A linha de pobreza para cada país é equivalente a uma renda mensal de US\$ 60, e a linha de indigência a US\$ 30 mensais. Essas quantias são calculadas a partir da conversão e da divisão de poderes de compra, a fim de que a cesta de bens representativa de US\$ 60 ou US\$ 30, convertida em moeda local, seja a mesma em todos os lugares.

(1) A amostragem não é necessariamente representativa.

Enquanto a maioria dos pobres se situa perto da linha de pobreza, como era o caso da Argentina, uma melhoria de sua situação faz com que passem maciçamente para o outro lado da linha. Inversamente, se eles se situam logo acima dessa linha, uma deterioração de seu poder de compra faz crescer substancialmente o número de pobres, como veremos quando analisarmos o empobrecimento na seção seguinte. Quando a distribuição de renda é muito desigual, como é o caso do Brasil e da Guatemala, com muitos pobres acima da linha de indigência e pouquíssimos abaixo da linha de pobreza, uma queda do poder aquisitivo da maior parte da população altera pouco os índices de pobreza mais comuns, mesmo que o empobrecimento seja considerável, como podemos constatar no Brasil dos anos 80.

2 - O empobrecimento

A pobreza e o empobrecimento são dois conceitos distintos, mesmo que, com muita frequência, na vida, nos consideremos pobres quando empobrecemos. O empobrecimento é sentido, então, como uma mudança de *status*. A pobreza também pode ser sentida de diferentes maneiras, de acordo com a história social e cultural dominante nas populações atingidas. A pobreza absoluta, assim, pode ser aceita pelas populações atingidas, quando elas vêem aí uma consequência natural de sua posição social, étnica, sexual, até mesmo religiosa, no seio de uma sociedade hierarquizada. Mas ela pode também ser recusada, quando se aprofunda e atinge a escala de valores.

O empobrecimento afeta, ao mesmo tempo, mas de maneira distinta, os pobres que se tornam mais pobres, aqueles que não são pobres, mas cuja renda se torna mais baixa, mesmo permanecendo acima da linha de pobreza, e aqueles, enfim, que não eram pobres, mas assim se tornaram. Pode-se medir o empobrecimento tanto com os indicadores que definimos como com a ajuda de outro indicador: as necessidades de base insatisfeitas, que, quando aliadas ao índice de pobreza, constituem um bom indicador. É o que veremos a seguir.

2.1 - A passagem das linhas de pobreza e de indigência

O índice de pobreza permite medir o crescimento (ou a diminuição) da pobreza. Várias das tabelas que apresentamos mostraram essa evolução. Gostaríamos de insistir aqui no caso de países tão diferentes como a Argentina e o Brasil. As desigualdades de renda eram menores na Argentina do que no Brasil, mas elas foram, de certa maneira, "abrasileiradas" nos anos 80, devido a um crescimento sofrido pelo indicador de pobreza, tendo se "desabrasileirado" mais tarde. Dito de outro modo, as flutuações do índice foram especialmente grandes.

Segundo o instituto nacional de estatísticas argentino (INDEC), a porcentagem das famílias abaixo da linha de indigência na Grande Buenos Aires teve grandes flutuações num curto período: 6,3% em maio de 1989; 12,7% em outubro de 1989; depois, com a desaceleração da inflação, 9,1% em maio de 1990; 5% em outubro de 1990; 3,8% em maio de 1991; 2,4% em outubro de 1991; 2,4% em maio de 1992; e 2,6% em outubro de 1992. A flutuação é ainda

mais ampla se excluirmos as famílias que vivem na Capital Federal e se considerarmos apenas os bairros pobres dos subúrbios.

A flutuação também é muito grande quando se considera a porcentagem de famílias cuja renda é inferior à linha de pobreza. Na Grande Buenos Aires, temos: em maio de 1988, 22,6% (29,9% da população); 38,3% em outubro de 1989 (47,4% da população, ou seja, quase a metade); 33,7% em maio de 1990 (42,6% da população); 25,3% em outubro de 1990 (33,8%); 21,8% em maio de 1991 (28,8%); 16,3% em outubro de 1991 (21,6%); 15,1% em maio de 1992 (19,3%); e, enfim, 13,7% em outubro de 1992 (17,8%). A amplitude da flutuação lá é maior ainda para as famílias e para a população que vive nos bairros pobres: a porcentagem dos lares abaixo da linha de pobreza passou de 56,2% em outubro de 1989 (64,3% da população) para 20,4% em outubro de 1992 (25,4%). Os estudos efetuados por A. Minujin e N. Lopez (1994) no âmbito da Unicef confirmam e precisam essa evolução. Assim, podemos observar nas tabelas seguintes que existe uma grande concentração da população em torno da linha de pobreza. Uma deterioração do nível de vida faz, então, com que muitas famílias transponham a linha de pobreza, e inversamente.

Tabela 9

Evolução da renda familiar na Grande Buenos Aires em múltiplo de linha de pobreza — 1986-92

	(%)						
DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Pobres	9	19,5	25,1	36,5	28,8	23,3	19,4
Indigentes	0,5	2,2	3,4	4,4	1,6	0,5	0,7
Até 0,9 LP	6	13,1	17,1	27,3	21,8	16,2	15,1
De 0,9 LP a 1 LP	2,5	4,2	4,6	4,8	5,4	6,6	3,6
Não pobres	91	80,5	74,9	63,5	71,2	76,7	80,6
Até 1,25 LPs	7,7	9,4	11,4	10,4	10,4	10,1	9,7
De 1,25 LPs a 2 LPs	23,6	26	25,6	25,5	26,6	25,3	28,2
Mais de 2 LPs	59,7	45,1	37,9	27,6	34,2	41,3	42,7
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: MINUJIN, A., LOPEZ, N. (1993). **Sobre pobres y vulnerables: el caso argentino** Unicef. p.9.

A porcentagem de lares abaixo da linha de indigência aumentou consideravelmente, e a porcentagem de lares não indigentes, mas com menos de 0,9 LP multiplicou-se por mais de quatro de 1986 a 1989 (pico inflacionário). A porcentagem de lares situados deste lado da fronteira (0,9 a 1 LP) aumentou mais de duas vezes. Ele se alimenta da passagem de fronteira dos lares empobrecidos.

É interessante analisar o período 1991-92, pois constitui uma reviravolta sucedida com a política econômica: a inflação baixou muito a partir de abril de 1991 (mas a taxa de desemprego aumentou). Pode-se observar uma certa mobilidade nas condições de vida, pois 9,4% dos lares deixaram de ser pobres, mas 6,5% tornaram-se pobres, e 13,8% dos lares permaneceram pobres — inversamente, 70,3% permaneceram não pobres (MINUJIN, LOPEZ, 1994, p.11).

Quadro 1

Passagem da fronteira da linha de pobreza — 1991-92

MOBILIDADE POBRES →	NÃO POBRES
Pobres abaixo de 0,9 LP	35,1%
Pobres acima de 0,9 LP	54,3%
MOBILIDADE NÃO POBRES →	POBRES
Não pobres até 1,2 LP	24,2%
Não pobres entre 1,25 e 2 LPs	8,5%
Não pobres acima de 2 LPs	4,2%

FONTE: MINUJIN, A., LOPEZ, N. (1993). **Sobre pobres y vulnerables: el caso argentino.** Unicef.

O Quadro 1 confirma que a evolução da pobreza se explica essencialmente pela passagem, num sentido ou noutro, daqueles que se situam na vizinhança imediata da linha de pobreza. Dos lares que tinham rendas situadas entre 0,9 e 1 LP, 54% cruzaram a fronteira da pobreza, ou seja, muito mais do que aqueles que recebiam menos de 0,9 LP. Da mesma forma, a passagem ao *status* de pobres diz respeito sobretudo àqueles que estavam próximos da linha

de pobreza, ou seja, 24,2% daqueles que tinham uma renda entre 1 LP e 1,25 LP. É devido ao fato de que a distribuição de rendas é uma das menos desiguais e, sobretudo, uma das mais concentradas entre a linha de indigência (não incluída) e as linhas de pobreza, que uma queda da renda média se traduz por uma grande mobilidade da população que está antes da linha de pobreza.

Esse não é do caso do Brasil, onde a distribuição da renda é muito mais desigual, com uma porcentagem muito grande de indigentes. O perfil de distribuição da renda é, na verdade, muito diferente no Brasil. As desigualdades de renda são muito bem delineadas e acentuam-se: os 20% mais pobres dividiam 2,8% da renda em 1980 e 2% em 1990; e os 50% mais pobres viram sua parte da renda recuar de 12,6% para 8,4% (contra 17,4% em 1960). No entanto os 10% mais ricos tiveram um aumento de sua parte relativa, passando esta de 50,9% a 53,2% (essa melhoria beneficiou sobretudo os 5% mais ricos, cuja parcela cresceu de 16,9% para 17,3%). Os 40% restantes, dentre os quais se encontram sobretudo as camadas intermediárias e os técnicos, tiveram um pequeno aumento de sua parcela relativa, pois essa passou de 36,5% para 38,3%. No seu seio, entretanto, observamos uma heterogeneidade crescente: os mais "pobres" entre eles empobreceram sob o efeito da inflação, da crise orçamentária do Estado e de suas repercussões na determinação dos contratos da função pública, enquanto os outros (muito minoritários) se beneficiaram da financeirização da economia (C. DEDECCA, BRANDÃO, 1993).

A distribuição de renda foi, portanto, grandemente alterada. A equipe de Barbosa de Oliveira, da Unicamp, avaliou essa evolução a partir de múltiplas linhas de pobreza, em grandes regiões do Brasil,¹⁵ como podemos ver na Tabela 10. A população que se situa antes da linha de pobreza, por definição, é pobre. Entre 1 e 2 LPs, ela vive em condições muito modestas e, de 2 a 4, em condições bastante modestas. Este não é, evidentemente, o caso da população situada abaixo do quádruplo de renda das linhas de pobreza. As famílias pobres têm mais filhos que as famílias ricas. Existem, portanto, mais pessoas aquém da linha de pobreza, ou próximas a ela, indicadas pela porcentagem de famílias, no Estado do Rio de Janeiro do que no de São Paulo, já que no primeiro as famílias pobres, tendo mais filhos, são mais numerosas.

¹⁵ Seleccionamos duas regiões dentre aquelas estudadas no relatório: o Estado de São Paulo, rico e em ascensão, e o Estado do Rio de Janeiro, menos rico e em declínio relativo.

Tabela 10

Estrutura da distribuição pessoal de renda, por múltiplo de linhas de pobreza e por famílias, no Estado de São Paulo e no do Rio de Janeiro — 1980-1989

(%)

LINHAS DE POBREZA	ESTADO DE SÃO PAULO				ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
	1980	1981	1987	1989	1980	1981	1987	1989
< 1 LP	18,3	23,9	22,2	19,5	22,5	26,7	28,2	30,8
1 a 2 LPs	28,9	29,8	28,7	25,3	27,1	27,4	27,5	25,7
2 a 4 LPs	27,6	25,1	26,1	24,9	23,6	22	20,6	19,2
4 e mais LPs	24,2	20,3	22,1	28,6	25,6	22,6	20,7	22,6
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: OLIVEIRA, A. C. Barbosa de et al. (1991). **Caracterização e evolução da pobreza nos anos oitenta**. Campinas: FECAMP/FUNDAP/UNICAMP-IE.

A leitura da Tabela 10 é difícil, pois as famílias transitaram de uma "casa" à outra e, algumas vezes, pularam uma casa. Algumas daquelas que, em 1989, tinham menos de uma linha de pobreza, provavelmente, recebiam entre uma e duas linhas de pobreza anteriormente, ou mesmo, para uma porcentagem mais reduzida, entre duas e quatro linhas de pobreza. Outras, mas em porcentagem ainda mais restrita, viram sua renda progredir e passaram da primeira para a segunda casa, ou seja, do *status* de pobres para o de "modestas". A dificuldade consiste, então, no domínio incompleto desse princípio de vasos comunicantes. De um modo geral, contudo, no entanto, esse quadro mostra que a porcentagem de famílias pobres era maior no Estado do Rio de Janeiro do que no de São Paulo e que lá ela aumentou muito mais. Mas a porcentagem de famílias que ganhavam entre 2 e 4 LPs, recuou de forma mais acentuada no Estado de São Paulo do que no do Rio de Janeiro. Inversamente, a fatia situada entre 2 e 4 LPs recuou mais fortemente neste último estado do que no de São Paulo.

O empobrecimento dos pobres é, então, a regra, tal como confirmam as tabelas apresentadas anteriormente. A mudança de *status* de modesto para pobre também é a regra. A segunda casa, em parte esvaziada pela partida

daqueles que se tornam pobres, enche-se com a chegada daqueles procedentes da terceira casa. São as diferenciais entre as chegadas e as partidas que explicam por que, na segunda casa, a queda absoluta foi maior no Rio de Janeiro do que em São Paulo: no Rio de Janeiro havia mais famílias que abandonaram a segunda casa do que em São Paulo, enquanto as entradas, em porcentagem, foram quase equivalentes.

Essa chegada na segunda casa despovoou a terceira de forma mais pronunciada no Rio de Janeiro do que em São Paulo. As camadas da baixa classe média sofreram mais com a crise e a inflação, e as camadas médias se aproveitaram menos da especulação do que em São Paulo, já que a porcentagem de famílias que obtiveram quatro linhas de pobreza ou mais progrediu bastante em São Paulo, enquanto, no Rio de Janeiro, ela recuou. Podemos, então, concluir, de um modo geral, que o empobrecimento das camadas médias, provavelmente, mais pronunciado no Rio de Janeiro do que em São Paulo, devido à natureza dos empregos e, sobretudo, à importância relativa mais baixa das camadas médias no Rio, fez com que o impulso das camadas superiores e das camadas médias altas não compensassem o declínio das camadas médias no Estado do Rio de Janeiro, enquanto, no Estado de São Paulo, o compensou, e mesmo mais do que isso.

2.2 - As necessidades de base insatisfeitas

As necessidades de base insatisfeitas (NBI) definem a pobreza estrutural. Esta é diferente da pobreza (linha de pobreza) e/ou da pobreza extrema (linha da indigência). Trata-se de enfoques diferentes da pobreza: as NBI compreendem água, esgoto, eletricidade, moradia, nível de educação das crianças, assistência escolar aos menores, o tempo disponível e o mobiliário da residência. Se uma das características definidas não é satisfeita, o indivíduo (ou a família) é considerado pobre. Bastará, por exemplo, que um indivíduo não tenha acesso à água corrente para que seja considerado pobre, mesmo que seu nível de renda ultrapasse o mínimo definido pela linha de pobreza. A alimentação não está incluída, já que as outras variáveis, supostamente, ilustram o fato de que o indivíduo possa alimentar-se adequadamente. Claro, vários itens se repetem nos dois enfoques da pobreza, o das NBI e o da linha de pobreza e suas definições, mas seria um erro confundí-las (para maiores detalhes, ver Com. Ext., 1992; IZUIETA, VOS R., 1994).

A aproximação das duas definições permite medir a pobreza. É um método utilizado sobretudo nos países que tiveram um empobrecimento acentuado acompanhado de um desenvolvimento da pobreza (LP), como na Argentina. Calcula-se a pobreza estrutural em porcentagem da população total (NBI). Acrescenta-se a essa porcentagem a da população que responde ao duplo critério de estar do lado de cá da linha de pobreza e de ter as necessidades básicas satisfeitas (esta população é, de certa maneira, pobre segundo os critérios que definem a pobreza estrutural, e é por isso que a designaremos como "pobre-não pobre"). O conjunto de pobres estruturais e de pobres-não pobres dá uma nova definição da pobreza.

Calculada levando-se em consideração os lares mais do que os indivíduos, essa pobreza cresceu muito de 1980 para 1990 na Grande Buenos Aires, tal como podemos ver na Tabela 11.

Tabela 11

Pobreza na Grande Buenos Aires — 1980, 1988 e 1990

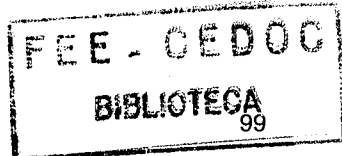
(%)

DISCRIMINAÇÃO	1980	1988	1990	1980-1990
Pobres estruturais	16,4	16,2	16,1	-1,8
Pobres-não pobres (1)	4,2	16,8	18,4	338,1
Total de pobres	20,6	33	34,5	67,4
Total de não pobres	79,4	67	65,5	-17,5
População total	100	100	100	...

FONTE: MINUJIN, A. (1992). *Cuesta abajo, los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Unicef/Losada. p.24.

(1) Minujin chama essa categoria de "empobrecidos". Nós preferimos utilizar a expressão pobres-não pobres, para evitar confusão.

Observamos um grande crescimento dos pobres-não pobres no total da população: de 4,2% passaram para 18,4%. Esse impulso traduz o aparecimento de uma nova forma de pobreza. Lares que, de acordo com a definição das NBI, não são pobres assim se tornam maciçamente, se considerarmos a definição da linha de pobreza. Dito de outra forma, a Argentina caracteriza-se



nesse período por um número crescente de famílias que vão viver de seu patrimônio, mas têm cada vez menos rendas (fluxo) suficientes e passam para além da linha de pobreza. Nesse sentido, podemos dizer que eles são empobrecidos: alguns chegam ao "estado de pobreza", outros vêem sua situação degradar-se, tal como aponta A. Minujin. O deterioramento da situação dos lares mais modestos leva, desse modo, a uma aproximação relativa entre as duas definições de pobreza.



Pobreza e empobrecimento aumentaram na maior parte dos países do Terceiro Mundo nos anos 80 e tomaram, sobretudo, novas formas. Com a maior exclusão de uma fração crescente da população desses países, a pobreza tornou-se mais heterogênea e, provavelmente, mais difícil de contrair. Essa heterogeneidade acentuada dos pobres pode levar a uma maior hostilidade de alguns pobres em relação a outros pobres e degenerar em violência autodestrutiva, se não forem tomadas medidas radicais para enfrentar essa evolução.

Bibliografia

- ALTIMIR, O. (1994). Cambios de la desigualdad y la pobreza en América Latina. **El Trimestre Económico**, México, n.241.
- BAMBERGER, M. (1993). The asian poverty scenario: perspectives from the 1990 and 1992. In: BAMBERGER, M., AZIZ, dir. **The design and management of sustainable projects to alleviate poverty in South Asia**. Washington: Banco Mundial. (A. EDI seminar series)
- BAMBERGER, M., AZIZ, dir. (1993). **The design and management of sustainable projects to alleviate poverty in South Asia**. Washington: Banco Mundial. (A. EDI seminar series)
- BARBEITO, A., LO VUOLO, R. (1992). **La modernización excluyente, transformación económica y estado de bien estar en la Argentina**. Buenos Aires: UNICEF/CIEPP/Losada.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, A. C. ver OLIVEIRA, A. C. Barbosa de

- BECCARIA, L. (1990). Cambios en la estructura distributiva 1975-1990. In: GALIN, P., NOVICK, M., dir. **La precarización del empleo en la Argentina**. Buenos Aires: CEAL/ OIT/ CIAT/ FLASCO.
- BOLTVINIK, J. (1992). El methodo de medición integrada de la pobreza: una propuesta para su desarrollo. **Comercio Exterior**, México, v.42, n.4, p.354-365.
- BUCHER, D., JONHSON, K. (1993). Rural development and poverty alleviation: the experience of the Asian development bank. In: BAMBERGER, M., AZIZ, dir. **The design and management of sustainable projects to alleviate poverty in South Asia**. Washington: Banco Mundial. (A. EDI seminar series)
- CASTILLO, M. A. (1993). La economía centroamericana y la emigración a México. **Comercio Exterior**, México, v.43, n.8.
- COMERCIO EXTERIOR (1992). México, v.42, n.4.
- COSTA ROMÃO, M. ver. ROMÃO, M. Costa
- DEDECCA, C., BRANDÃO, S. (1993). Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho. In: APPY, Bernard et al. **Crise brasileira: anos oitenta e governo Collor**. Rio de Janeiro: IRES/CGIL/ DESEP-CUT.
- DESAI, M. (1992). Bienestar y privación vitales: propuesta para un indice de progreso social. **Comercio Exterior**, México, v.42, n.4, p.327-339.
- EAST asian miracle, economic growth and public policy , The (1993). Washington/ New York: Banco Mundial/ Oxford University.
- GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L. (1992). Measuring households non monetary production. In: ENKINS, P. Max, NEFF, M. **Real-life economics**. London: Routledge.
- IMPLEMENTING the world bank's strategy to reduce poverty, progress and change (1993). Washington: Banco Mundial.
- IZURIETA, A., VOS, R. (1994). Ajuste estructural y costo social en la América Latina: que nos explican los estudios recientes? **El Trimestre Económico**, México, n.241.
- JONHSON, F. (1993). **Poverty reduction in East Asia, the silent revolution**. Washington: Banco Mundial. (Discussion papers, n.203)
- LACHAUD, J. P., dir. (1994). **Pauvreté et marché du travail urbain en Afrique subsaharienne: analyse comparative**. Genebra: Institut International d'Etudes Sociales.

- LATIN America and the caribbean, a decade after the debt crisis (1993). Washington: Banco Mundial.
- LEVY, S. (1994). La pobreza en México. In: VELEZ, F., dir. **La pobreza en México, causas y políticas para combatirla**. México: Fondo de Cultura Económica.
- LUSTIG, N. (1989). La desigualdad económica en México. **Economía de América Latina**, México: CET, n.18/19.,
- LUSTIG, N. (1992). La medición de la pobreza en México. **El Trimestre Económico**, México, v.59, n.236.
- LUSTIG, N. (1994). Medición de la pobreza y de la desigualdade en la America Latina: el emperador no tiene ropa. **El Trimestre Económico**, México, n.241.
- MILES, I., (1992). Social indicators for real-life economics. In: ENKINS, P. Max, NEFF, M. **Real-life economics**. London: Routledge.
- MINUJIN, A., dir. (1992). **Cuesta abajo, los nuevos pobres**: afectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires: UNICEF/ Losada.
- MINUJIN, A., LOPEZ, N. (1993). **Sobre pobres y vulnerables**: el caso argentino. UNICEF. (publ.em frances neste num.)
- O'SULLIVAN, N. (1993). Identification and design of poverty reduction projects: designing gender - sensitive poverty reduction projects. In: BAMBERGER, M., AZIZ, dir. **The design and management of sustainable projects to alleviate poverty in South Asia**. Washington: Banco Mundial. (A. EDI seminar series)
- OLIVEIRA, A. C. Barbosa de et al. (1991). **Caracterização e evolução da pobreza nos anos oitenta**. São Paulo/ Campinas: FECAMP/ FUNDAP/ UNICAMP/IE.
- PSACHAROPOULOS, G. et al. (1993). **Poverty and income distribution, the story of the 1980**. Washington: World Bank.
- RAPPORT MONDIAL SUR LE DÉVELOPPEMENT HUMAIN (1990, 1991, 1992, 1993). PNUD/ Economica.
- RAPPORT SUR DÉVELOPPEMENT DANS LE MONDE: la pauvreté (1990). Washington: Banco Mundial.
- RAPPORT SUR DÉVELOPPEMENT D'ANS LE MONDE (1991). Washington: Banco Mundial.
- ROMÃO, M. Costa (1993). **Pobreza**: conceito e mensuração. Rio de Janeiro; IPEA. (Cadernos de Economia, n.13).

SALAMA, Pierre, VALIER, Jaques (1994). **Pauvretés et inégalités des revenus dans le tiers**. Paris: La Decouverte.

SEN, Amartya K. (1992). Sobre conceptos y medidas de pobreza. **Comercio Exterior**, México, v.42, n.4, p.310-322.

SINDZINGE, A. (1994). Aide et pauvreté, remarques sur les analyses de niveau de vie en Afrique. **Tiers Monde**.

TREJOS, R. A., dir. (1992). **Ajuste macroeconomico y pobreza rural en America Latina**. IICA.

Abstract

This paper aims at showing the evolution of poverty and impoverishment throughout the world. The quantification and the comparison of the problem between the different points where it proliferates evolved from the classical statistical approaches to modern indicators that evaluate the phenomena in depth and in scope. The article affirms that for more than half a decade the relationship between "adjustment policies" and the impoverishment of strata of the population of the Third World is being discussed. It points out that the fundamental feature of the evolution of poverty is the increase of the inequality among the poor rather than the increase of its numbers in relative terms. Comparing impoverishment and poverty in the Third World over the eighties the study concludes that not only poverty has increased but also that new forms have been shaped. In addition the paper shows that, besides the exclusion of a growing portion of the population in some countries, poverty became more heterogeneous. Finally the article maintains that the increasing heterogeneity of the poor may cause greater hostility among them, including the risk of generating violence.